

História da implantação da educação infantil no Município de Astorga/PR: em destaque a turma do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso

Maria Miduri Nodak Wanishi
Elaine Rodrigues

Resumo: O objetivo da pesquisa que resultou neste artigo é escrever uma história e memória para a Escola de Aplicação Monsenhor Celso, primeira instituição oficial de educação infantil do Município de Astorga/Pr, com destaque para a implantação da turma do pré-escolar, no ano de 1972. Trata-se de um estudo histórico que manteve diálogo com a história e historiografia da educação. A metodologia primou pela análise de documentos e entrevistas semiestruturadas com atores que vivenciaram a implementação desse nível de ensino no Município de Astorga/PR.

Palavras-chave: História e historiografia da educação. Educação infantil. Escola de aplicação Monsenhor Celso. Pré-escolar e currículo.

History of the implantation of early childhood education in the city of Astorga/PR: with focus on the preschool class of the School of Application Monsenhor Celso

Abstract: The objective of the research that resulted in this article is to describe a history and memory for the School of Application Monsenhor Celso, the first official institution of early childhood education in the city of Astorga / PR, highlighting the implantation of the preschool class in the year 1972. It is a historical study that maintained the dialogue with the history and historiography of Education. The methodology was based on the analysis of documents and semi-structured interviews with actors who experienced the implementation of this level of education in the city of Astorga/PR.

Keywords: History and historiography of education. Early childhood education. School of application Monsenhor Celso. Preschool and curriculum.

1 Introdução

Este estudo se situa no campo da história e historiografia da educação e tem por objeto pesquisar a história da Educação Infantil do Município de Astorga. O *locus* de investigação é o Jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso. A delimitação temporal inicia-se em 1972, ano de criação do jardim, e se estende ao plano curricular oficial em 1974. Em 1997, a escola passou a denominar-se Escola Municipal Monsenhor Celso – Educação Infantil e Ensino Fundamental¹. Foi a primeira instituição oficial e pública de ensino jardim de infância.

Na busca de dados elucidativos para a composição desta pesquisa, encontramos o livro intitulado “Os municípios sua História & sua Gente”, que foi organizado pela Cendí Editora S/C LTDA, no final da década de 1970, e publicado no ano de 1980, que compõe a história da cidade de Astorga, compreendendo a colonização e o desenvolvimento nos aspectos econômico, político, cultural, educacional e histórico. Trata-se de um livro-documento que retrata, com riqueza de detalhes, a história da cidade de Astorga. Além do histórico municipal propriamente dito, relata, ainda, por meio de biografias e fotografias, a narrativa das pessoas que nela residem ou residiram (MENDES; MORATO, 1980).

Com a finalidade de destacar o estudo sobre o Jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, foi realizado um levantamento de pesquisas existentes sobre o processo histórico da implantação da educação infantil de Astorga, porém verificamos que o material disponível era insuficiente. Dessa forma, buscamos os depoimentos dos atores envolvidos nesse processo de implantação como constituição das fontes. De acordo com Lopes e Galvão (2001, p. 78-79), “As fontes estão aí, disponíveis, abundantes ou parcas, eloquentes ou silenciosas, muitas ou poucas, mas vemos, pelos trabalhos que são realizados, que existem”.

Nesses termos, ressaltamos a importância do diálogo com os documentos-monumentos, observando que estes se tornam fontes por uma escolha do historiador. Nas palavras de Le Goff (1990),

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas, durante as quais, continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (p. 548).

¹ Instituição situada à avenida Presidente Epitácio, 349, Centro, da cidade de Astorga, Estado do Paraná.

Entendemos, dessa forma, que os documentos não são neutros, pois não existem documentos puros, são representações constituídas de interpretações. “A relação de representação - entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga” (CHARTIER, 1991, p. 184). Assim, é necessário refletir, sobre a escrita historiográfica, que a reconstrução de um fato não é a sua reprodução, mas a sua representação.

[...], pois os historiadores não são livres para inventar seus personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens, além de ser improvável que sejam capazes de condensar os problemas de uma época na narrativa de uma família, como frequentemente o fizeram os romancistas (BURKE, 1992, p. 340).

Neste momento, compreendemos que a história não é uma verdade, é uma interpretação. Nas palavras de Bloch (2001), a história faria com que o passado retornasse, no entanto não de maneira intocada e “pura”. Por isso, a importância de Bloch (2001), ao interrogar: Para que serve a história? Qual o papel do historiador? Pontos fundamentais para quem se aventura pelo campo da história e historiografia da educação.

Desenvolvemos a investigação utilizando a pesquisa bibliográfica, documental, iconográfica e oral. Em consonância com Matos e Senna (2011, p. 99), “[...] a história oral possui maior proximidade com o presente, uma vez que depende da memória “viva” e de relatos já efetuados anteriormente”.

Desse modo, o diálogo com outras fontes se faz necessário, provoca a memória, confere as fontes e as representações históricas. É o que comprovam as palavras de Le Goff (1990, p. 478): “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

Obtivemos dados importantes por meio de entrevistas semiestruturadas, procurando esclarecimentos que proporcionam sustentação e credibilidade a este trabalho. Foram entrevistadas duas ex-diretoras, uma ex-secretária, três ex-professoras, sendo duas mães de ex-alunos, participantes que vivenciaram o cotidiano do jardim de infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, no período de 1972 a 1974. Optamos por referenciar cada uma das entrevistadas de acordo como são conhecidas na comunidade astorguense: Dona Terezinha

Caetano Goulart Silva², Dona Maria da Penha Reis Furtado Penha³ e Dona Vânia Lourdes Pinto Barduzzi⁴, professora Maria Corina Balarotti Podanoschi, conhecida como Corina⁵, professora Nanci Lembi Balarotti⁶ e professora Célia Maria Barroso Premebida⁷.

Para discutirmos a temática proposta, inicialmente será analisada a pesquisa sobre a implantação do pré-escolar.

2 A educação pré-escolar na Escola de Aplicação Monsenhor Celso

A demanda da educação pré-escolar, no Brasil, aumentou, de forma significativa, na década de 1970, o que gerou o incentivo ao processo de municipalização da educação pré-escolar pública visto que “[...] em 1972 já havia 460 mil matrículas nas pré-escolas em todo o país” (OLIVEIRA, 2007, p. 110). Havia, no país, preocupação com a educação para a infância, voltada contra a desnutrição, a saúde e o cuidado com o corpo. Entretanto, existiam disputas entre as entidades assistencialistas com cunho privativo, os quais atendiam às pré-escolas, e as de nível municipal, que assistiam as creches e pré-escolas com função educativa.

Segundo Oliveira (2007, p. 111), “A referida pressão da demanda por pré-escola e os polêmicos debates acerca de sua natureza – assistencial versus educativa –, na segunda metade dos anos 70, dinamizaram as decisões na área”, dando pouco valor a um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças.

² Entrevista realizada no dia 15 de fevereiro de 2016, em Astorga. Formou-se professora normalista em 1954, em Itajubá, Estado de Minas Gerais, Graduou-se em Pedagogia pela Faculdade de Jandaia do Sul e em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

³ O contato da pesquisadora com a professora foi via telefone, e-mail e carta pelo fato de a docente residir no Estado do Espírito Santo. Os contatos aconteceram nos meses de fevereiro a junho de 2016.

⁴ Entrevista realizada no dia 20 de abril de 2016, na cidade de Astorga-PR. A professora Vânia é professora normalista, formada pela Escola Normal Colegial Estadual Monsenhor Celso de Astorga. Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Jandaia do Sul.

⁵ Depoimento concedido no dia 06 de maio de 2016, na cidade de Astorga. Corina é professora normalista, formada pela Escola Normal Colegial Estadual Monsenhor Celso de Astorga.

⁶ A entrevista foi realizada no dia 29 de maio de 2016, na cidade de Astorga. Formada na Escola Normal Colegial Estadual Monsenhor Celso de Astorga como professora normalista. cursou Pedagogia pela Faculdade de Jandaia do Sul.

⁷ A entrevista aconteceu no dia 15 de junho de 2016, na cidade de Maringá. A professora cursou a Escola Normal Secundária Monsenhor Celso, Pedagogia pela Faculdade de Mandaguari e Especialização em Administração Escolar; Supervisão Escolar e Metodologia do Ensino Superior.

As instituições de educação infantil no Brasil, na metade do século XIX, tinham a perspectiva de atendimento exclusivo aos pobres, as creches eram vinculadas aos órgãos governamentais que prestavam serviços sociais e eram consideradas lugares de guarda, de assistência, mas não de educação. Segundo Kuhlmann Junior (2007), o assistencialismo foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares. Essa proposta educacional foi pensada no sentido de organizar uma prática intencional, pois o principal objetivo era retirar as crianças da rua, dessa forma, prevenindo-as contra a criminalidade e preparando-as para o futuro. Era uma proposta de educação mais moral do que intelectual. São muitas as propostas pedagógicas para a concepção de educação nas instituições assistencialistas, seja por um método pedagógico ou por um conjunto de objetivos educacionais específicos.

Assim, mudar a concepção de educação assistencialista envolve assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do município diante das crianças pequenas.

O uso de creches e de programas pré-escolas como estratégia para combater a pobreza e resolver problemas ligados á sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para a existência de atendimento de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes de instalações; formação insuficiente de seus profissionais e alta proporção de crianças por adulto (BRASIL, 1998, p. 17).

Foi em meio a esse dualismo entre o sistema assistencialista e o educacional que o pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso iniciou suas atividades. O pré-primário funcionou, a princípio, em uma das salas já existentes na Escola de Aplicação, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Sala Improvisada do Pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso



Fonte: ASTORGA. **Processo de Autorização de Funcionamento do Pré-Primário da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.** Astorga: Escola de Aplicação Monsenhor Celso, 1974.

Nesta figura verificamos o primeiro espaço utilizado para atender às crianças do pré-escolar, e, segundo Dona Terezinha, “*era tudo improvisado*”. Na leitura da imagem, as duas professoras estavam uniformizadas com jalecos brancos, à altura da coxa. Identificamos que a professora da direita é a professora Célia e a outra, uma estagiária. Suas vestimentas demonstravam organização e identidade, diferenciando-as dos pais e demais funcionários. Encontrava-se em pé, à frente da sala e ao fundo, um quadro negro, inapropriado para o atendimento dessa faixa etária, por sua altura. Sentadas, as crianças posaram para o registro da imagem, cristalizada no tempo por meio da fotografia com as professoras, evento raro nesse período. “*Nossa! Era muito difícil tirar fotografia, hum...*”, afirmou a professora Célia, em seu depoimento.

É retratado, na imagem, um amontoado de carteiras e cadeiras na lateral da sala de aula, abrindo espaço para algumas mobílias adaptadas para as crianças, mesas e cadeiras na altura ideal, que as acomodavam na realização das suas atividades diárias do pré-escolar. Meninos e meninas vestindo jardineiras e camisas dividiam o mesmo espaço. Em sua maioria, meninos que se sentavam às mesinhas disponíveis na sala, em grupos de quatro, de oito, dispostos de acordo

com o tamanho de cada mesa. A foto mostrou-nos que o local era arejado e iluminado, por consequência da ampla janela que possuía, além dos bicos de luzes revelados, que garantiam a iluminação nos dias nublados e de chuva, assim como durante as reuniões com os pais, no período noturno.

2.1 A reorganização do espaço escolar

Em busca de resolver o problema da sala do pré-escolar, foi necessário formar uma Associação de Pais e Professores para liderar os trabalhos. De acordo com a ata nº 1, datada de 20 de março de 1973, foi empossada a diretoria da Associação de Pais e Professores (APP)⁸ da Escola de Aplicação Monsenhor Celso para discutir a possível edificação de uma nova sala de aula, propícia para essa faixa etária. Para construir a nova sala, os membros da APP decidiram que seriam cobradas “[...] uma taxa de matrícula e mensalidades estipuladas em Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) para colaborar na construção” (ASTORGA, 1973, p. 4). Essa cobrança de mensalidade foi comprovada na ficha de matrícula dos alunos do pré-escolar, pois, em algumas delas, constava a palavra “pago”. Nesse sentido, estavam amparados pelo art. 5º, inciso “e” do Estatuto para a Associação “Círculo de Pais e Mestres”, que diz “Promover, mediante cobrança, taxas ou outras promoções ou recursos repassados através da Caixa Escolar, os recursos necessários à complementação da manutenção do funcionamento da escola” (ASTORGA, 1972, p. 3). Na tabela a seguir, apresentamos os cargos da APP bem como o nome de cada membro. Em consonância com os depoimentos recolhidos, o presidente e a coordenadora trabalhavam lado a lado nas tomadas de decisões. Na voz de D. Terezinha: *“Ah! O Benício me ajudava em tudo, era meu parceiro, me apoiava em tudo. E ele era muito rápido, conseguia as coisas muito rápido naquela época”*.

⁸ A APP da Escola de Aplicação Monsenhor Celso foi constituída de acordo com as orientações do Estatuto para Associação “Círculo de Pais e Mestres”, que contém 35 artigos.

Tabela 1- Constituição da primeira APP da Escola de Aplicação Monsenhor Celso

CARGO	MEMBROS
Presidente	José Benício Pereira da Silva
Vice-Presidente	José dos Santos
1 Secretária	Dulce Silva Oliveira
2 Secretária	Célia Maria Barroso
1 Tesoureiro	Lineu da Silva Costa
2 Tesoureiro	Maria Dirce Manuel
Coordenadora	Terezinha Caetano Goulart Silva
Conselho Deliberativo	Estefânia Olijiniki, Vânia de Lourdes Pinto Barduzzi, Pedro Premevida, Orival Aparecido dos Santos, Iwao Kawassaki e Antonieta Pretti.

Fonte: ASTORGA. **Ata nº 1 da Associação dos Pais e Professores da Escola de Aplicação Monsenhor Celso**. Astorga: Escola de Aplicação Monsenhor Celso, 1973.

O Estatuto para a Associação Círculo de Pais e Mestres, regulamentado pela lei nº. 5.227, de 04 de julho de 1966, em seu art. 2º expõe sobre a constituição da APP: “Será instituição auxiliar da escola, constituída de professores, pais e alunos e de pessoas capazes de cooperar na tarefa educativa do estabelecimento de ensino” (RIO GRANDE DO SUL, 1966).

Com o respaldo da comunidade e livres poderes concedidos ao presidente⁹, a construção da nova sala para o pré-escolar foi rápida, segundo a primeira diretora, Dona Terezinha:

“No dia 2 de outubro de 1973, foi inaugurada a nova sala do pré-escolar, medindo 60,00 m², construída pela APP no pátio do estabelecimento da escola de Aplicação Monsenhor Celso, destinada a essa faixa etária, todavia, a autorização da Secretaria de Educação e Cultura (SEEC) ocorreu somente no ano de 1974. No dia 10 de janeiro de 1975 a APP da Escola de Aplicação Monsenhor Celso foi registrada no Serviço Social Escolar da SEC (Secretaria de Educação e Cultura) no Departamento de Ensino de 1º Grau, sob nº 663”.

A dimensão exposta na planta baixa na Figura 2 demonstra que a sala do pré-escolar foi construída como uma sala de aula ampla¹⁰ e arejada. Ampla, por oferecer espaço suficiente

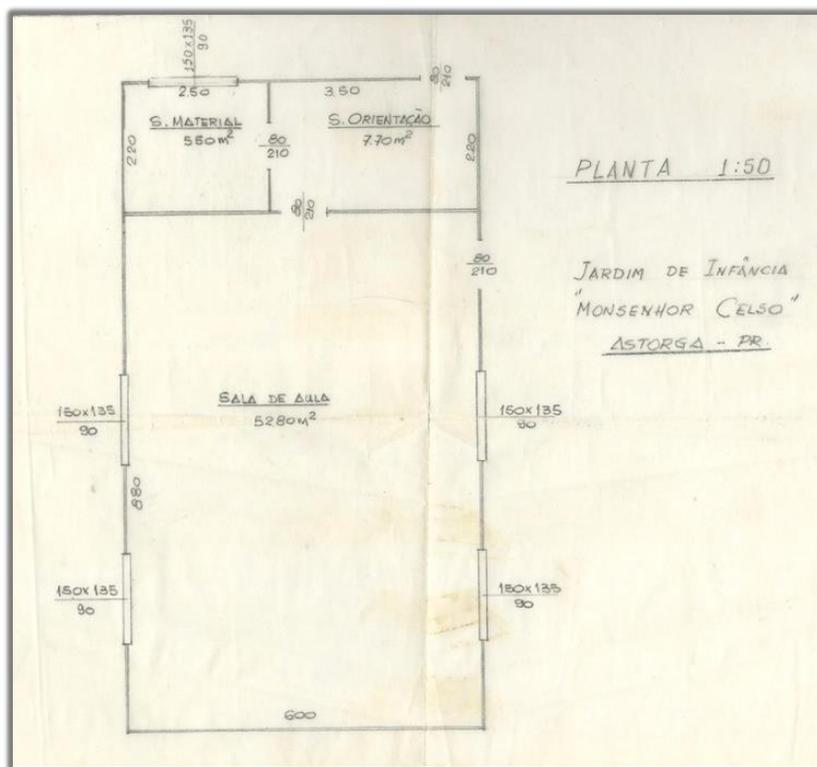
⁹ O artigo 8º do EACPM expõe que cabe ao presidente abrir contas e movimentar fundos, assinando cheques e outros documentos necessários juntamente com o diretor da escola.

¹⁰ Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil estabelecem padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de educação infantil e mencionam que “A quantidade máxima de crianças por agrupamento ou turma é proporcional ao tamanho das salas que ocupam” (BRASIL, 2006, p. 36). A deliberação nº 02/14, do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, reforça que “Salas para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação, visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados, respeitando a área mínima de 1,5 m² por criança atendida” (PARANÁ, 2014, p. 8).

para atender melhor ao número de crianças, preocupação que existiu quando a sala do pré-escolar foi projetada e que contemplou as orientações que existem desde os fins do século XIX com a influência higienista na educação. Arejada, por ter quatro amplas janelas, deixando o espaço iluminado, apresentando boas condições de trabalho.

Sob os olhos da orientadora, a sala de aula era geminada com a sala de orientação, a fim de facilitar o atendimento imediato tanto dos professores quanto dos alunos. Em entrevista, a professora Célia recordou-se que “a sala da orientadora era junto com o pré-escolar, separada por uma parede”.

Figura 2 - Esboço da planta baixa da sala de aula do pré-escolar



Fonte: ASTORGA. **Ata nº 1 da Associação dos Pais e Professores da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.** Astorga: Escola de Aplicação Monsenhor Celso, 1973.

De acordo com a planta baixa da sala de aula do pré-escolar, esse espaço tinha uma proporção de 7.70m² proporcionais à medida da sala de aula, espaço suficiente para acolher os pais, quando necessário, para reuniões com as professoras, receber visitas, entre outras atividades. Conjugada a essa sala, havia outra destinada à acomodação dos materiais didáticos pedagógicos, com acesso direto da orientadora. Implicitamente, entendemos que, a cada necessidade do

professor, a orientadora deliberava o que utilizar, avaliando a necessidade, evitando gastos desnecessários e centralizando todas as atividades desenvolvidas no pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, conforme a Figura 3.

Figura 3 - Nova sala de aula do pré-escolar



Fonte: ASTORGA. **Processo de Autorização de Funcionamento do Pré-Primário da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.** Astorga: Escola de Aplicação Monsenhor Celso, 1974.

As crianças estão acomodadas na nova sala de aula, que foi projetada especialmente para atender a alunos do pré-escolar. Notamos que a construção é em madeira, por ser um modo mais rápido de levantar e concluir a edificação. Evidenciamos o modo de ensinar, nas paredes, desenhos do universo infantil, cores pastéis, tons agradáveis aos olhos daqueles que passariam a cumprir exigências de outro contexto, a escola, lugar de ensinamentos científicos, padronizados, organizados e sistematizados. Em meio aos lápis e papéis, a modelagem, a pintura e o movimento estavam presentes no imaginário e no dia a dia das crianças. Ao fundo, a professora interagindo com os alunos.

Em depoimento, Dona Terezinha revelou-nos que os móveis e objetos da sala do pré-escolar foram adquiridos por meio da Associação de Pais e Professores – APP - e da comunidade escolar, entre eles, as mesas e cadeiras infantis.

De acordo com os documentos encontrados sobre a sala do pré-primário, quanto aos materiais da sala do pré-primário, constam os seguintes itens:

Tabela 2 - Materiais da sala do Pré-escolar

MATERIAL/MÓVEIS	QUANTIDADE
Cadeiras	40
Mesinhas	7
Quadro-negro	1
Armários com repartições	9
Armário para documentação	1
Escrivaninha	1
Banquinhos	2
Cesto de lixo	2

Fonte: ASTORGA. **Processo de Autorização de Funcionamento do Pré-Primário da Escola de Aplicação Monsenhor Celso**. Astorga: Escola de Aplicação Monsenhor Celso, 1974.

Na tabela anterior, é apresentada a quantidade de recursos materiais disponibilizados para a abertura do pré-escolar na Escola de Aplicação Monsenhor Celso. As 40 cadeiras e sete mesinhas disponíveis foram suficientes para o atendimento, de início, duas turmas, uma no período da manhã e outra no período da tarde.

2.2 Memórias de professoras sobre o cotidiano e metodologia escolar

Para investigar o plano curricular do Jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, datado de 1974, procuramos os atores mencionados: Dona Penha, como diretora; professora Dulce, como orientadora, Dona Vânia, como secretária; professora Nanci; professoras Célia e Corina.

Com o plano curricular em mãos, partimos para a investigação dos personagens mencionados no documento. O contato se deu com a primeira diretora, Dona Terezinha, que permaneceu à frente dos trabalhos desenvolvidos na Escola de Aplicação Monsenhor Celso durante dois anos (1972-1974).

Lentamente, a memória do tempo em que foi diretora dessa escola emergiu, e, saudosista, foi lembrando as providências para a instalação do primeiro pré-escolar.

Teve um político... Ai tadinho, acho que ele é vivo ainda, foi ele quem teve a ideia do jardim de infância. Muito meu amigo, muito vivo, tinha influência em Curitiba. O Benício empenhou-se em conseguir recursos da sala do jardim de infância. Foi ele como presidente da APP que ergueu a sala para mim. (Dona Terezinha)

Notamos, pela fala anterior de Dona Terezinha, que o presidente da Associação de Pais e Professores (APP) se empenhou em conseguir recursos para a construção da sala do pré-escolar.

Para contribuir com o estudo, buscamos contato com Dona Penha, segunda diretora da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, no período de 1974 a 1986. A maneira que encontramos para localizá-la foi procurar informações com parentes que residem na cidade. Dona Penha se mostrou totalmente aberta às perguntas, revelando fatos do período pesquisado, já que ficou à frente da referida escola por muitos anos, e revelou:

Ao assumir a responsabilidade como diretora da Escola de Aplicação Monsenhor Celso no dia 18/05/74, Resolução 877, indicada pela Inspectora Estadual de Ensino, Senhora Dayse C. Arruda Brasil, pela própria diretora senhora Terezinha Caetano Goulart Silva, também com a presença do prefeito da época senhor João Zampieri, com os quais a Escola e eu em particular sempre fizemos questão de manter boas relações de respeito e cooperação, compareci a 29ª onde me foi dada posse como diretora. Como já conhecia a Escola onde atuava como secretária por dois anos, nossa preocupação foi constante, com a melhoria de trabalho para o corpo docente e discente. (Dona Penha)

Dona Penha trabalhou, de início, por dois anos como secretária¹¹ e 13 anos como diretora¹², totalizando 15 anos de dedicação à mesma escola. Informou que, desde a sua nomeação como diretora, durante os 13 anos em que ficou na função, foram realizadas eleições para o cargo: “Além de minha primeira nomeação, participei das demais eleições realizadas, portanto, 5 eleições resultou em 13 anos como diretora”. As eleições do período em que atuou como diretora referem-se às décadas de 1970 e 1980 e seguiam as normas e critérios dos órgãos competentes.

No Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Educação adotou o regimento único para as escolas públicas estaduais. Ao mesmo tempo, propôs um poder estabelecido e descentralizado, uma vez que determinou à instituição a criação de uma Congregação de Professores, que, conforme deliberação 027/72 – CEE, configurou-se como um “órgão consultivo e deliberativo

¹¹ Nomeada pela resolução número 01379 de 02 de maio 1972.

¹² Resoluções nº 00877, de 04 de abril de 1974; nº 02.802, de 03 de agosto de 1983, e nº 00159, de 09 de janeiro 1986.

em assuntos didáticos e pedagógicos e consultivo em assuntos administrativos” (PARANA, 1972). Segundo essa deliberação, a direção da escola é vista como “o órgão que presidirá ao funcionamento dos serviços escolares, aos trabalhos dos professores, às atividades dos alunos e às relações da comunidade escolar com a vida exterior” (PARANA, 1972). Assim, a década de 1980 no Estado do Paraná foi marcada pela adoção da escolha do diretor pelo voto e pela criação dos Núcleos Regionais de Educação. Em relação à eleição do diretor pelo voto, a primeira indicação ocorreu em meados de 1983, sob as determinações do decreto/lei nº 455/83, de 13 de abril 1983, que garantia que a comunidade escolar, alunos do 2º grau, professores, funcionários (mesmo analfabetos) participassem do processo (PARANA, 1983). A segunda indicação, com características optativas, aconteceu no final de 1985, quando o diretor eleito era nomeado pelo governador, e, pelo voto da comunidade educacional, seriam escolhidos três candidatos para compor uma lista tríplice, um deles nomeado pelo secretário de Educação (RODRIGUES, 2012, p. 112). Como característica fundamental do programa educacional paranaense desse período, houve a participação popular, assentada na democratização do poder pela participação das comunidades organizadas, nas decisões relacionadas com a educação. A partir do final dos anos 1980, as políticas educacionais no Paraná foram marcadas pela democratização da escola em todas as suas dimensões.

Rodrigues (2012, p. 111), em seus estudos sobre as eleições diretas para diretor escolar no Estado do Paraná, ressaltou que “Era uma reivindicação da classe docente, que fora atendida pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), que projetou o Estado como referência no aprendizado do fazer democrático em prol da nação”. A eleição de diretor acabaria com a nomeação desta função, antes indicada por quem estava no poder daquele período. Entendemos que Dona Penha vivenciou os dois processos, tanto o da nomeação quanto o das eleições diretas.

A próxima entrevistada foi a secretária da escola, Dona Vânia, que informou: “*gostava de trabalhar na instituição, era muito organizada e todos os funcionários se ajudavam no cotidiano escolar*”. Revelou que seus dois filhos estudaram no pré-escolar. Outra entrevistada foi Corina, moradora antiga da cidade de Astorga. Durante a conversa, revelou-nos que seus dois filhos estudaram no pré-escolar da Escola Monsenhor Celso, guardando, até os dias de hoje, cadernos, fotografias e algumas atividades pedagógicas do período em que seus filhos frequentaram a turma, respectivamente, 1972 e 1974, vestígios importantes para compor a narrativa que se construía nas palavras dessa professora:

Trabalhei pouco tempo com a turma do pré-escolar, aproximadamente por um ano, pois sempre fui professora do 3º ano, mas quando retornei da licença-maternidade, fui designada para a sala dos pequeninhos por meio período, sempre no período matutino, não foi difícil adaptar-se com o pré-escolar.

Embora tenha trabalhado pouco tempo com a turma do pré-escolar, Corina se recordou com muito carinho desse período.

A professora do pré-escolar, Nanci, antiga moradora de Astorga, foi a próxima entrevistada. Trabalhou por muito tempo com a turma do pré-escolar, demonstrando que a rotina da turma era organizada, com horários estabelecidos e cumpridos: “*os horários de entrada e saída do pré-escolar era diferente dos demais alunos, assim como o recreio*”. A justificativa dos horários foi preservar os alunos que eram os menores da escola, e existia uma lista com revezamento para cuidarem desses alunos.

A última entrevistada foi a professora Célia que informou ter trabalhado por aproximadamente dez anos com a turma do pré-escolar: “*Adorava trabalhar com essa faixa etária, não tínhamos muito recursos, levávamos trabalho para casa, até costurar as toalhas para a mesa das crianças*”. Mencionou que responder sobre esse período foi um retorno ao passado.

Nessa perspectiva, como procedimento metodológico, compreendemos que a história oral busca registrar experiências, lembranças de sujeitos que se dispõem ou não a dividir sua memória com a sociedade. Demonstraremos, a seguir, como ocorriam as práticas de ensino na turma do pré-escolar.

2.3 Organização dos saberes escolares

Para compreendermos o plano curricular da turma do pré-escolar, fez-se necessário adentrarmos nos processos internos da escola, como as práticas de ensino, as atividades escolares, a rotina, o planejamento e os métodos. Para entendermos a cultura da turma do pré-escolar, as perguntas das entrevistas realizadas com as professoras foram o suporte balizador. Quando indagadas sobre em quais autores se fundamentavam as práticas pedagógicas, as professoras do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso responderam que estes eram autores estudados quando cursavam a escola de normalistas. Por meio das respostas das docentes, obtivemos o seguinte levantamento: das três professoras, apenas uma citou quatro autores: Maria

Montessori¹³, Célestin Freinet¹⁴, Friedrich Froebel¹⁵ e Jean Piaget¹⁶; a outra se recordou apenas de Maria Montessori; e a última não mencionou nenhum autor de referência.

Em virtude disso, uma das professoras revelou que divergências existiam no modo de ensinar, pois algumas entendiam que era necessário trabalhar o lúdico como atividade principal, porém o trabalho com as letras era tido como primordial:

A execução completa dos programas foi sempre um problema para os professores. Por que despende tempo com lições de canto, trabalhos manuais, desenho, exercícios ginásticos, ciências naturais, se o mais importante era ensinar às crianças a leitura, a escrita e os cálculos aritméticos fundamentais? (SOUZA, 2008, p. 52).

Em relação à prática pedagógica na turma do pré-escolar, percebemos que existiam desavenças entre as professoras em relação à prioridade de conteúdos a serem trabalhadas com os alunos, mas todas as entrevistadas afirmaram que exploravam todas as áreas de ensino.

Para desenvolver as atividades pedagógicas com os alunos do pré-escolar, era necessária a aquisição de alguns materiais considerados essenciais, como jogos, brinquedos, cordas e bolas. Em virtude dessa necessidade, a professora Nanci revelou-nos que os pais dos alunos contribuíam com o envio de materiais imprescindíveis para a realização das atividades, ou em espécie,

¹³ Para Maria Montessori (1870-1952), os aspectos que evidenciam a inteligência, isto é, as funções psíquicas é a linguagem, expressão do pensamento e característica própria do homem, e o movimento construtivo e consciente da mão, a fim de realizar algum trabalho. Ressalta a importância da atividade motora na estruturação da psique, pois o movimento estrutura a consciência e elabora a inteligência por meio das aquisições obtidas no ambiente externo, captando suas imagens e organizando-as, formando, assim, o homem racional. As crianças não são apenas sensíveis a estímulos fortes como objetos grandes, cores vivas e sons agudos. Há também impulsos da sensibilidade mediante a observação de pequenas coisas, que as deixam instigadas a conhecer (MONTESSORI, 1965).

¹⁴ Para Celestin Freinet (1896-1966), toda e qualquer experiência tateada era preferível às experiências passivas. Segundo ele, a criança tem necessidade permanente de experimentar, tocar, mexer e explorar. Assim, o aluno não pode ser visto apenas como um expectador do processo ensino-aprendizagem. Considerava a criança o centro de sua própria educação e esta não era, para ele, um adulto isolado, mas fazia parte de uma comunidade, assumia e participava da organização da vida da classe (SAVELI; ALTHAUS; TENREIRO, 2005).

¹⁵ Friedrich Froebel (1782-1852), criador do Kindergarten (Jardim de Infância) em 1837. Os objetivos da educação froebiliana eram despertar a consciência da criança, orientá-la para uma vida pura, respeitando a natureza do indivíduo e buscando alcançar a união do mesmo com Deus e com a natureza. As crianças deveriam se expressar mediante atividades de percepção sensorial, da linguagem e do brinquedo. Assim, a aquisição dos conteúdos surgiria como consequência de experiências livres e prazerosas (NEIVERTH; GARTNER, 2005).

¹⁶ Para Jean Piaget (1896-1980), o desenvolvimento psíquico, que começa quando nascemos e termina na idade adulta, é compatível ao crescimento orgânico: como este, orienta-se, essencialmente, para o equilíbrio. Da mesma maneira que um corpo está em evolução até atingir um nível relativamente estável – caracterizado pela conclusão do crescimento e pela maturidade dos órgãos -, direção de uma forma de equilíbrio final, representada pelo espírito adulto. O desenvolvimento, portanto, é uma equilibrção progressiva, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior (PIAGET, 1983, p. 11).

espontaneamente. Enfatizou que o aluno, cujo pai não colaborasse financeiramente, não ficava prejudicado, pois os materiais eram adquiridos de acordo com a demanda da turma, assim, todas as crianças seriam beneficiadas.

A relação escola/família acontecia nos momentos das reuniões, as professoras Corina, Nanci, Célia e Vânia responderam *que “as reuniões aconteciam sempre, geralmente no final de cada bimestre, para entregar as avaliações, e a orientadora Dulce sempre esteve presente”*. Essa prática revelou, por um lado, o comprometimento com os pais e os alunos, em face da situação de aprendizagem das crianças, e, por outro lado, o envolvimento da família com a escola.

3 Currículo

Com o objetivo de entendermos o que prescreve um currículo, faz-se necessário discutirmos sobre o conceito, a construção e os elementos que o compõem. Para Goodson (1995), concentrar a investigação no currículo permite ao pesquisador adentrar nos processos internos da escola. Poubel e Silva (2006, p. 123) complementam: “O espaço escolar é um elemento curricular que proporciona a aprendizagem de um conjunto de valores, normas, conteúdos e estímulos que não são determinados pelo currículo forma, mas que fazem parte de uma forma silenciosa de ensino”.

O currículo formal, como o conhecemos, não foi constituído por uma única vez, está em constante andamento e transformação, não podemos entendê-lo como resultado de um processo evolutivo, necessitamos compreender as descontinuidades e rupturas que a ele dão significado:

O currículo formal, tal como conhecemos, não foi estabelecido de uma única vez, em um fato ou momento privilegiado do passado, ele está em constante fluxo e transformação, assim não se pode compreendê-lo como resultado de um processo evolutivo, deve-se, portanto, buscar compreender as descontinuidades e rupturas que a ele dão significado, pois: O processo de fabricação do currículo não é um processo lógico, mas um processo social, no qual convivem lado a lado com fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais, determinantes rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidades de legitimação e de controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, à raça, ao gênero (SILVA, 2014, p. 47).

Sobre essa ação frente à elaboração de um currículo, refletimos e buscamos melhor compreensão dos fatos descritos pelas professoras do pré-escolar, mencionamos, portanto, que o currículo faz parte da cultura escolar. Dominique Julia (2001) aponta que a cultura escolar apresenta uma relação com a “cultura religiosa, cultura política ou cultural”, demonstrando que as

instituições de ensino apresentam, em seu cotidiano, características que são próprias de cada local, dependente da forma como os atores envolvidos no processo entendem e realizam determinadas ações que permeiam a escola. Para Julia (2001),

[...] poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (p. 10).

Para Poubel e Silva (2006), currículo quer significar experiências e atividades ligadas à organização do tempo, espaço, método, saberes e hábitos, comportamentos e avaliação. Segundo Lopes e Galvão (2001), a escola, por meio do currículo, deve ser capaz de ensinar os princípios racionais que garantem a compreensão do cânone e permitem o desenvolvimento da mente do estudante.

De acordo com os autores Moreira e Silva (1995), currículo é um percurso a ser trilhado e construído no processo histórico das ações realizadas em meio ao âmbito escolar e que, ao longo do tempo, vai se adequando às mudanças estruturais, sociais e econômicas, conforme as exigências do momento. O currículo é mais que uma seleção de conteúdos didáticos, mais que uma seleção fragmentada de disciplinas e conteúdos, estando muito além da grade curricular de curso.

3.1 Currículo no Estado do Paraná após a lei nº 5.692/71

Para analisarmos o plano curricular de 1974 do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, é necessário mencionarmos que, na década de 1970, o Brasil vivia sob o regime militar, que restringia o exercício da cidadania e reprimia, com violência, todos os movimentos de oposição, usando da força aos que se opunham à ordem e regras impostas pelo governo. A educação era entendida como um espaço de formação profissional via treinamento, habilitando os jovens para suprir a demanda das fábricas em ascensão. Dessa forma, por meio de um programa de educação voltado à profissionalização, anunciavam-se políticas para erradicar o analfabetismo.

Nesse sentido, percebemos que a sucessão das décadas acelerou o abandono da zona rural, em consequência de diversos fatores como empobrecimento do campo, busca de melhor

qualidade de vida, de escolas mais próximas a sua casa para os filhos, entre outros. Nesse contexto, aumentaram o número de mulheres no mercado de trabalho e a necessidade de um local para deixarem seus filhos. A comunidade de Astorga foi atendida com a instalação do pré-escolar na Escola de Aplicação Monsenhor Celso, cujo atendimento supria a demanda de vagas, e, de acordo com Dona Vânia: *“não era difícil conseguir uma vaga no jardim de infância da escola”*.

A década de 1970 marcou um período de modificações na sociedade brasileira, inclusive na educação, pois, após a publicação da lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), o governo do Estado do Paraná, por meio da Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR), iniciou uma série de publicações relativas à reforma do ensino. Por meio da Secretaria da Educação e Cultura, foi divulgado o Documento-Base para o Planejamento Prévio para Implantação do Sistema de Ensino do 1º e 2º graus, exigência da lei vigente.

Para Martins (2002, p. 11), esse documento trazia “medidas de urgência” que deveriam ser tomadas, tais como a reestruturação dos currículos, de acordo com a nova lei, e a organização de equipes, em nível regional e municipal, para o estudo dos currículos.

A lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) determinou, em seu artigo 4º, que os currículos de ensino de 1º e 2º graus teriam um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional, uma parte diversificada para atender às particularidades locais e que caberia ao Conselho Federal de Educação fixar as matérias relativas ao Núcleo Comum. Dessa forma, em seu artigo 1º, de acordo com a resolução nº 08/71, anexada ao parecer 853/71 do Conselho Federal de Educação, os conteúdos escolares foram divididos em três áreas do conhecimento: Estudos Sociais, Comunicação e Expressão e Iniciação às Ciências.

3.2 Plano curricular do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso

Para a efetivação da problemática desta pesquisa, investigamos, com as professoras do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, se as atividades pedagógicas seguiam o currículo proposto ao ensino pré-escolar de 1974 no município de Astorga. Este currículo se dividia nas diferentes áreas: Comunicação e Expressão, Matemática, Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, Ciências Físicas e Biológicas, Saúde, Educação Musical, Artes Plásticas, Educação Física e Recreação. Percebemos que, para cada área de ensino, existiam os objetivos operacionais, conteúdos, estratégias e avaliação. Sobre o plano curricular, segundo as professoras

Célia e Nanci, foram elas e a coordenadora Dulce quem o elaboraram, respaldadas por orientações estaduais. A professora Nanci relatou: *“Fomos para Curitiba estudar como fazer o plano curricular. Não me lembro, mas acho que foram três dias de curso, mas qual documento ao certo não me recordo, seguíamos o que o Estado do Paraná orientava”*. Apesar de não recordar qual(is) documento(s) foi(or)am utilizado(s), é importante ressaltarmos que, nesse período, as políticas públicas, voltadas para o pré-escolar no ano de 1972-1974, baseavam-se na lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que mencionava, em seu art. 17. “O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos” (BRASIL, 1971, p. 4).

Em relação à rotina diária, foi relatado pela professora Nanci:

[...] ao adentrar na sala de aula, a professora, juntamente com os alunos, cantava uma música infantil diferente a cada dia, voltada para as crianças, como, Atirei o Pau no Gato, Ciranda Cirandinha, A Canoa, entre outras. Em seguida, rezavam a oração do Santo Anjo¹⁷, todos os alunos acompanhavam, sem distinção de credo.

A oração mencionada enaltece a religião católica, pois os dizeres eram: “Santo Anjo do Senhor, meu zeloso e guardador, se a ti me confiou a piedade divina, sempre me rege, me guarda, governa e ilumina. Amém!” (CATHOLICUS..., 2017, p. 1). Assim, percebemos que a escola exaltava a fé católica, ainda que a lei estadual nº. 4978/1964, em seu art. 18, mencionava que o ensino religioso “será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno [...]” (PARANÁ, 1964, p. 2).

Em relação às atividades pedagógicas, as professoras intercalavam práticas ao ar livre, na área externa, onde exploravam todas as noções básicas de lateralidade, brincadeiras com corda e bola, e, dentro da sala, cada aluno tinha cadernos variados. De acordo com a professora Nanci, *“cada um com uma finalidade: de desenvolvimento da coordenação motora; do estudo das letras, caderno quadriculado para matemática, envolvendo os numerais, além do caderno de atividades para casa”*. Fato que a professora Corina corrobora: *“frequentemente, enviava tarefa para casa, como pinturas e desenhos, solicitação e compromisso diário dos alunos”*. Para Souza

¹⁷ Desde o século passado, inúmeras crianças têm aprendido a oração do Santo Anjo do Senhor, que, geralmente, é ensinada em casa, pelos pais, nas escolas católicas ou na Igreja. Por muitos anos, acreditou-se que Santo Anselmo da Cantuária, um monge beneditino que vivia durante o século XI, fosse o autor da oração. No entanto, estudiosos recentes descobriram que a oração provavelmente tenha sido composta por Reginaldo da Cantuária, outro monge beneditino que viveu no mesmo tempo em que Santo Anselmo. A Igreja preservou-a durante todos esses anos por causa de sua verdade simples e profunda. Ela reconhece a existência de nossos anjos da guarda e invoca sua ajuda em nosso tempo de necessidade.

(2008, p. 58), o caderno tornou-se um dispositivo de controle diário das lições ensinadas e das tarefas solicitadas pelos professores.

As gerações que estudaram até os anos 70 do século XX devem lembrar do quanto representava o zelo para com os cadernos, o encapar, evitar orelhas nas bordas”, o não arrancar folhas, o passar a limpo, a correção e o visto dos professores, as frases exortativas, a sequência ordenada da matéria, os inumeráveis exercícios, as ilustrações coloridas com lápis de cor.

Intercalado ao período inicial, em que destacamos o trabalho com a música, a oração e as atividades pedagógicas com a higienização e brincadeiras livres, havia o intervalo (recreio), separado das outras turmas, para se preservar a integridade física dos menores. De acordo com a professora Nanci, o tempo médio para o intervalo era de aproximadamente 30 minutos, tempo que os pequenos utilizavam para lanche e brincar, sempre acompanhados de uma das professoras, que se revezava para tal função, obedecendo à escala elaborada pela orientadora. A escola não fornecia merenda, cada família providenciava o lanche diário, à escolha da mãe ou dos pequenos. A professora Célia, em meio a risos, contou que *“os alunos lanchavam no pátio da escola, podia levar o que quisesse, até coca-cola”*.

Esgotado o tempo do recreio, imediatamente os alunos eram conduzidos para o momento da higienização, cada criança possuía um kit enviado pela família, com pente, escova de dente e creme dental, que era enviado para casa nos finais de semana, para provavelmente ser substituído ou higienizado. Nos minutos finais do período, os alunos brincavam livremente, atentando-se ao horário de saída, que ocorria meia hora antes da dispensa dos alunos maiores, a fim de evitar transtornos.

Considerações finais

A análise dos dados revelados pelas fontes e entrevistas semiestruturadas aponta que a história da implantação do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso esteve diretamente relacionada à necessidade da comunidade astorguense, e a década de 1970 se configurou como um processo do êxodo rural, a população abandonava o campo, atraída por melhores condições de vida na zona urbana. Decorrente disso, as mulheres iniciavam mudanças de ambiente, começaram a trabalhar fora, ter ritmo de vida diferente e necessitavam de um local para deixarem seus filhos. Desse modo, a sociedade precisava de um espaço para atender a

crianças menores de sete anos de idade, já que, a partir dessa idade, o atendimento destas passa a ser garantido por lei, com o primeiro ano do ensino primário.

Para suprir essa necessidade, a turma do pré-escolar iniciou suas atividades em uma sala improvisada, não adaptada a essa faixa etária, na Escola de Aplicação Monsenhor Celso, e, com o apoio da comunidade, pais e da Associação de Pais e Professores (APP) da instituição, foi construída uma sala para assistir os alunos do pré-escolar, que foi inaugurada no dia 2 de outubro de 1973.

Na busca pelas informações sobre o currículo, entendemos que este faz parte da cultura escolar, com peculiaridades próprias de cada local, dependendo da forma como os personagens envolvidos no processo desempenham as ações que são aplicadas na instituição. Identificamos que, no período em que o plano curricular de 1974 foi elaborado, ocorreram mudanças na educação em virtude da lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), que determinou que os currículos tivessem um núcleo comum obrigatório em esfera nacional, dividido em três áreas: Estudos Sociais; Comunicação e Expressão e Iniciação às Ciências. De acordo com as professoras entrevistadas, as práticas pedagógicas aconteciam conforme o plano curricular de 1974.

As avaliações ocorriam a cada conteúdo trabalhado, o que evidenciava que as professoras deveriam estar atentas ao desenvolvimento dos alunos em cada área de conhecimento. Nesse sentido, o plano curricular de 1974 do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso apresentava-se estruturado, em sua elaboração, na distribuição dos conteúdos e na aplicação das atividades propostas em cada área.

Referências

ASTORGA (Cidade). **Estatuto para Associação “Círculo de Pais e Mestres”**. Astorga: Escola de Aplicação Monsenhor Celso, 1972.

ASTORGA (Cidade). **Ata nº 1 da Associação dos Pais e Professores da Escola de Aplicação Monsenhor Celso**. Astorga: Escola de Aplicação Monsenhor Celso, 1973.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº. 5.692/71**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 11 de agosto de 1971. Brasília, DF: MEC, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 5 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006. v. 1 e 2.

WANISHI, Maria Miduri Nodak; RODRIGUES, Elaine. História da implantação da educação infantil no Município de Astorga/PR: em destaque a turma do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1.

CATHOLICUS: notícia, cultura e serviço. “**Santo Anjo do Senhor**”: mais do que uma oração infantil. Aparecida, SP: PROMOCAT, 2017. Disponível em: <<https://catholicus.org.br/santo-anjo-do-senhor-mais-do-que-uma-oracao-infantil/>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-190, 1991.

GOODSON, Ivor F. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

JULIA, Dominique. A cultura como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 149-473.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARTINS, Cláudia Regina Kawka. O ensino de história no Paraná, na década de setenta: as legislações e o pioneirismo do estado nas reformas educacionais. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, p. 7-28, out. 2002.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MENDES, M. M.; MORATO, E. P. **Os municípios sua história & sua gente**. Maringá: Cendí Editora, 1980.

MONTESSORI, M. **Pedagogia científica**: a descoberta da criança. São Paulo: Flamboyant, 1965.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 7-11.

NEIVERTH, Thaisa; GARTNER, Giselle Martins. Infância e Educação na Obra de Friedrich Froebel. In: OLIVEIRA, Magda Sarat. (Org.). **Fundamentos filosóficos da educação infantil**. Maringá: EDUEM, 2005. p. 95-108.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PARANÁ (Estado). Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº. 02/14 de 3 de dezembro de 2014**. Curitiba: CEE, 2014.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Decreto-lei n.455, de 13 de abril de 1983. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba, n.1518, p.1, de 19 de abril de 1983.

PARANÁ (Estado). Sistema Estadual de Ensino. **Lei Estadual nº. 4978, de 5 de dezembro de 1964**. Curitiba: Diário Oficial do Estado do Paraná, nº. 242, de 26 de dezembro de 1964.

PARANÁ (Estado). CEE/PR. **Parecer nº 03/72 E Deliberação 027/72**. Dispõe sobre Regimento Escolar. In: Coletânea da Legislação Estadual de Ensino. Curitiba, PR: de 1969 a 1997.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WANISHI, Maria Miduri Nodak; RODRIGUES, Elaine. História da implantação da educação infantil no Município de Astorga/PR: em destaque a turma do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.

POUBEL E SILVA, Elisabeth Figueiredo de Sá. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Assembleia Legislativa do Estado. Lei nº 5.227 de 04 de julho de 1966. Institui a obrigatoriedade de funcionamento de Círculo de Pais e Mestres nos estabelecimentos de ensino público do Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Diário Oficial do Estado - Assembleia Legislativa do Estado, n. 293, 12 julho 1966.

RODRIGUES, Elaine. **A (re) invenção da educação no Paraná**: apropriações do discurso democrático (1980-1990). Maringá: EDUEM, 2012.

SAVELI, Esméria; ALTHAUS Maiza Taques Margraf; TENREIRO, Maria Odete. Infância e Educação na Obra de Freinet. In: OLIVEIRA, Magda Sarat. (Org.). **Fundamentos filosóficos da educação infantil**. Maringá: EDUEM, 2005. p. 109-118.

SILVA, Elisângela Alves dos Reis. **A Revista Nova Escola e o ensino de história**: em circulação uma proposta de currículo não formal (1997 a 2006). 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

Maria Miduri Nodak Wanishi
Universidade Estadual de Maringá – UEM | Aluna egressa do
Programa de Pós- Graduação em Educação da UEM
Maringá | PR | Brasil. Contato: maria-miduri@hotmail.com
ORCID 0000-0003-4903-4255.

Elaine Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá – UEM | Departamento de
Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em
Educação da UEM
Maringá | PR | Brasil. Contato: elainepeuem@gmail.com
ORCID 0000-0001-5219-5450

Artigo recebido em: 3 jul. 2017 e
aprovado em: 25 jan. 2018.